

política



Repórter Brasília

Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Alerta sobre eventos climáticos no RS

O senador Paulo Paim (PT, foto) ocupou a tribuna do Senado para alertar sobre os severos estragos provocados por recentes tempestades, vendavais e tornados que atingiram 117 municípios gaúchos e deixaram mais de 2,6 mil pessoas desalojadas no Estado. O parlamentar ressaltou a urgência de acelerar obras de infraestrutura preventiva – como diques, drenagem e contenção de encostas –, apontando os riscos associados às projeções do fenômeno El Niño para o período 2026/2027. “Não podemos continuar apenas chegando depois da tragédia para retirar famílias e colocar em abrigos improvisados, distribuir donativos, reconstruir aquilo que a água levou ou que o vento e o granizo destruíram. Prevenir custa menos do que reconstruir e, acima de tudo, salva vidas”, discursou o senador.



ALESSANDRO DANTAS/INVEGAÇÃO/JC

Sul lidera contratação de crédito rural

A Região Sul liderou os financiamentos de crédito rural voltados à agricultura empresarial no primeiro mês da safra 2026/2027, superando os desempenhos do Sudeste e do Centro-Oeste no levantamento nacional. Em julho, os produtores sulistas formalizaram 6.887 contratos, somando R\$ 3,6 bilhões em recursos aplicados e um tíquete médio de R\$ 529 mil por operação. “O Sul registrou o maior volume de crédito entre as regiões em julho, com R\$ 3,6 bilhões e 6.887 contratos”, aponta o levantamento elaborado com base nos dados do Banco Central.

Suspensão da ANTT impacta transporte do RS

O deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB) solicitou informações ao Ministério dos Transportes referentes às consequências da suspensão da “Janela Extraordinária” da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na mobilidade do Estado. O parlamentar pondera que o travamento regulatório, somado às avarias logísticas provocadas pelas fortes tempestades, resultou na descontinuidade de linhas interestaduais cruciais para a população. “O resultado prático é o isolamento de comunidades inteiras e a submissão dos usuários gaúchos a serviços de alto custo e, em alguns casos, de qualidade questionável devido à ausência de competição”, alerta o deputado.

Lula recebe Alcolumbre e destrava parte da pauta

Conversa foi no Alvorada, residência oficial do chefe do Executivo

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente Lula (PT) se reuniu ontem com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e conseguiu destravar parte dos projetos que considera importantes para sua tentativa de reeleição. A conversa foi no Palácio da Alvorada, residência oficial do chefe de governo.

Duas propostas centrais para Lula, porém, seguem sem data para votação na Câmara: a que acaba com a escala de seis dias de trabalho por um de descanso e a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Segurança Pública, que aumenta a influência do governo federal sobre a área.

Além de Lula e Alcolumbre, também participaram o ministro José Guimarães (Relações Institucionais) e a líder do governo no Senado, Teresa Leitaô (PT-PE). Um dos pontos principais será a instalação da comissão mista, o primeiro passo da tramitação no Congresso, da medida provisória (MP) que revogou a taxa das blusinhas – a tributação sobre pequenas compras vindas do exterior.

A regra já está em vigor, mas a MP perderá a validade em 8 de setembro se não for votada pela comissão mista e pelos plenários da Câmara e do Senado. “A taxa das blusinhas está incluída entre seis medidas provisórias cujas comissões serão instaladas hoje”, declarou a senadora.

A medida tem apelo popular, mas enfrenta a oposição de setores

econômicos. Os partidos apresentam resistência a indicar parlamentares para a comissão de análise da medida, por temerem que seus congressistas sejam alvo de campanhas públicas em pleno período eleitoral.

As outras propostas às quais ela se refere são: crédito para ações da Defesa Civil em regiões atingidas por desastres naturais, as mudanças nas regras sobre moto-frete e mototáxi, a redução no prazo para incluir processos em programa do INSS, a instituição do exame de avaliação médica e o adicional para servidores que trabalham em regiões de fronteira.

Guimarães indicou que também há um acordo com o Congresso para votar o projeto que permite o uso de receita extraordinária do petróleo para abater tributos dos combustíveis, com o objetivo de conter altas de preço.

O ministro confirmou as expec-

tativas de que outros temas fossem incluídos no texto. Por exemplo, a alocação de verba para a criação do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes e isenções fiscais para a Copa do Mundo Feminina de 2027. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), combinou com Alcolumbre a votação do texto nas duas casas nesta semana.

“Está tudo destravado. E agora é pé na estrada, diálogo, conversa, para ver o timing para as matérias tramitarem”, afirmou Guimarães.

A conversa entre os presidentes da República e do Senado vem depois de eles retomarem o contato, há poucos dias. A relação entre os dois havia ficado abalada depois de Lula indicar, contra a vontade de Alcolumbre, o advogado-geral da União Jorge Messias para uma vaga no Supremo Tribunal Federal.



PEDRO GONTIJO/PR/JC

Luiz Inácio Lula da Silva e Davi Alcolumbre retomam diálogo após atritos

Comissão especial sobre PEC da maioria é instalada

A Câmara instalou ontem a comissão especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre a redução da maioria penal. O deputado Mendonça Filho (PL-PE) será oficializado como relator, e Rodrigo Mendes (Republicanos-MA) foi escolhido como presidente.

Apesar de a instalação ocorrer a quase dois meses da eleição, a expectativa é que o relatório seja apresentado somente em novembro, após o pleito. A ideia é evitar que a discussão do assunto contamine o debate eleitoral.

A relatoria de Mendonça faz parte de um acordo remanescente da PEC da Segurança, aprovada

pela Câmara. Ele tentou incorporar a redução da maioria na discussão da proposta, enviada originalmente pelo governo Lula (PT) para reformular a competência federal no tema, e retirou a pedido do Planalto, em acordo com a cúpula da Câmara.

O deputado Guilherme Derriete (PP-SP), que foi relator do Projeto de Lei Antifacção e concorre ao Senado em São Paulo, foi eleito vice-presidente. A eleição da mesa da comissão especial ocorreu por acordo, com chapa única.

O texto do principal projeto sobre o tema diz que, a partir de 16 anos, as pessoas serão consideradas penalmente imputáveis. Atual-

mente, menores de 18 anos não são julgados pelo Código Penal e sim pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê medidas socioeducativas, como prestação de serviços e internação, em vez de prisão em estabelecimento penal comum.

A aliados, Mendonça afirmou estar confiante de que a Câmara aprovará a redução da maioria penal, mas disse estar aberto a modulações no texto. O deputado tem dito que o parecer pode prever a redução somente para crimes específicos, como hediondos ou com violência, e também a prisão em estabelecimentos separados dos presos com mais de 18 anos.

Centro de Dor e Deformidade Orofacial - CENDDOR

Dr. Eduardo GROSSMANN

Cirurgia BucoMaxiloFacial CRO 7247

- ATM - Bruxismo - LASER - Placas
- Inibição Segmentar Neural - Artrocentese

Rua Cel. Corte Real 513 - Petrópolis - Fone: (51) 33314692 & 33314315, Cel.: (51) 99997969 - email: edugrmnn@zaz.com.br

VARIZES

TRATAMENTO ESTÉTICO DE VARIZES
CIRURGIA COM MICROINCISÕES PUNCTIFORMES
ESCLEROTERAPIA DE VARIZES

DR. JOSÉ ARTHUR D. MICKELBERG _ CRMRS 7058

DR. LUIZ ANTÔNIO POSSAMAI _ CRMRS 11050

RUA CASTRO ALVES, 951 - FONES 3331.7711 - 3333.7060